

# **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

## **MENSAGEM Nº 371, DE 2019**

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação em Questões Relacionadas à Defesa, assinado em Jerusalém, em 31 de março de 2019.

**Autor:** PODER EXECUTIVO

**Relator:** Deputado AROLDO MARTINS

### **VOTO EM SEPARADO**

(Deputados DAVID MIRANDA e GLAUBER BRAGA)

A Mensagem em epígrafe submete à apreciação desta Comissão o Acordo sobre Cooperação em Questões Relacionadas à Defesa, celebrado entre Brasil e Israel, em Jerusalém, em 31 de março de 2019.

Com respeito ao Deputado Aroldo Martins, Relator designado para a matéria, que se manifesta pela aprovação do referido instrumento internacional, esposamos entendimento diverso.

Primeiramente cumpre ressaltar a impossibilidade de se dissociar os objetos dessa avença na área de defesa com as notórias e insistentes violações do direito internacional público perpetradas pelo Estado israelense, particularmente contra o povo palestino. As empresas, tecnologias e técnicas israelenses beneficiadas pelo acordo de cooperação em apreço estão intimamente conectadas à manutenção do regime ilegal de ocupação, apartheid e ocupação que oprimem o povo palestino.

A aprovação da MSC 371/2019, portanto, aprofundaria os laços de cumplicidade do Brasil com os crimes perpetrados pelo Estado de Israel, uma

vez que o acordo estimula benefícios econômicos para Israel e suas empresas públicas e privadas, as quais são cúmplices e agentes destes crimes. Basta observar o disposto no Art. 2.1, incisos g e f sobre as formas de cooperação previstas.

Tal cumplicidade viola frontalmente o disposto no Art. 4º da Constituição Federal (CF), que determina que as relações internacionais do Brasil devem reger-se pela “prevalência dos direitos humanos”, “autodeterminação dos povos”, “defesa da paz”, “solução pacífica dos conflitos”, “repúdio ao terrorismo e ao racismo” e “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”.

Também, cabe ressaltar que o Brasil é signatário da IV Convenção de Genebra, de modo que a cooperação em apreço viola não só a CF e a histórica posição da diplomacia brasileira de inarredável compromisso com as normas do direito das gentes, como também as próprias obrigações do país. Eis o que diz a Corte Internacional de Justiça sobre o dever de Estados terceiros em relação às violações israelenses do direito internacional:

*Em vista do caráter e da importância dos direitos e das obrigações envolvidas, a Corte é da opinião de que todos os Estados estão sob uma obrigação de não reconhecer a situação ilegal que resulta da construção do muro no Território Palestino Ocupado, incluindo o interior e os arredores de Jerusalém Oriental. Eles também estão sob uma obrigação de não oferecer ajuda ou assistência na manutenção da situação criada por essa construção. Todos os Estados devem, também, respeitando a Carta das Nações Unidas e o direito internacional, colocar fim a qualquer impedimento, que resulte da construção do muro, ao exercício do povo palestino de seu direito de autodeterminação. Ademais, todos os Estados-parte da Convenção de Genebra relativa à Proteção de Pessoas Civas em Tempos de Guerra de 12 de agosto de 1949 estão sob uma obrigação de, respeitando a Carta das Nações Unidas e o direito internacional, assegurar o cumprimento,*

*por Israel, do direito internacional humanitário tal qual incorporado naquela Convenção.*<sup>1</sup>

Como se não bastasse, a Mensagem também prevê que o Brasil hospede empresas e seus representantes diretamente responsáveis pela prática dessas violações, incluindo pessoas acusadas de crimes de guerra, ao prever “visitas mútuas”, “encontros entre representantes de instituições de defesa”, “intercâmbios de pessoal” e “participação em cursos de treinamento” e outros eventos (Art. 2.1).

Além disso, de uma leitura mais cuidadosa desse texto convencional, observamos que esse Acordo inova com relação aos demais da espécie, e isso se dá sem a devida fundamentação, quando, por exemplo, dispõe sobre a perigosa troca de dados conforme prescrito em seu Artigo 2.2.

Assim, não à toa, mais de cinquenta importantes e representativas organizações da sociedade civil e movimentos populares já se manifestaram contrários à aprovação da MSC 371/2019. As entidades ressaltam que o texto aumenta os “riscos e ameaças aos movimentos sociais e organizações da sociedade civil em nosso próprio país” dado que prevê “o intercâmbio de armas, dados e tecnologias de monitoramento, repressão e militarização com um regime que dispõe de recursos nessas áreas justamente por utilizar o povo palestino como laboratório”<sup>2</sup>. Escrevem:

*O Brasil tem uma das forças policiais que mais mata no mundo e no ano de 2019 registrou os maiores índices de letalidade policial em décadas. Não há dúvidas que a cooperação militar com Israel vai gerar maior militarização e violência policial, agravando uma realidade já desesperadora, principalmente para pessoas negras, jovens e moradoras das periferias.*

Apelos contra a aprovação do texto também chegam da própria sociedade palestina. Eis o que diz a Carta Aberta do Comitê Nacional Palestino

---

<sup>1</sup> CIJ - Consequências Jurídicas da Construção de um Muro no Território Palestino Ocupado, 2004

<sup>2</sup> Anexo I deste voto.

do Movimento de Boicotes, Desinvestimento e Sanções (BDS), a maior coalizão de organizações da sociedade civil palestina:

Estamos convencidos de que os parlamentares brasileiros têm em suas mãos uma oportunidade histórica de defender a justiça, a igualdade e a paz na Palestina e no Brasil. Votar não a esses acordos não é apenas um ato de solidariedade em continuidade com o legado da diplomacia brasileira, mas um passo concreto para cumprir as obrigações do Brasil sob o direito internacional e impedir Israel de intensificar o projeto de militarização em curso no Brasil.<sup>3</sup>

Por fim, outra clara manifestação contrária ao direito internacional público reside no simples fato de se ter firmado o instrumento em comento na cidade de Jerusalém, dando implícito respaldo à ocupação e anexação israelense ilegal de Jerusalém Oriental, ato contestado pela comunidade internacional.

Ante o exposto, VOTAMOS pela REJEIÇÃO do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação em Questões Relacionadas à Defesa, assinado em Jerusalém, em 31 de março de 2019.

Sala da Comissão, em 17 de dezembro de 2019.

David Miranda  
PSOL-RJ

Glauber Braga  
PSOL-RJ

---

<sup>3</sup> Anexo II deste voto.

## ANEXO I

### **Mais de 50 movimentos e organizações denunciam os perigos dos acordos de cooperação entre Brasil e Israel**

16 de dezembro de 2019

Os movimentos populares e organizações da sociedade civil brasileira que assinam essa carta vêm a público denunciar os acordos de cooperação militar e científica que o governo Bolsonaro firmou com Israel. Os acordos começam a tramitar em ritmo acelerado no Parlamento brasileiro, de modo que pleiteamos a todas e todos os parlamentares que votem contra essa perigosa e ilegal cooperação.

Os acordos assinados pelo governo Bolsonaro violam as obrigações internacionais do Brasil pois facilitarão os vínculos de nosso país com tecnologias desenvolvidas em um contexto de profunda violação do direito internacional e dos direitos humanos. São laços de cumplicidade como esses que permitem que Israel continue seu regime de ocupação, colonização e apartheid contra o povo palestino.

Além disso, os acordos aumentam os riscos e ameaças aos movimentos sociais e organizações da sociedade civil em nosso próprio país. Os textos incentivam o intercâmbio de armas, dados e tecnologias de monitoramento, repressão e militarização com um regime que dispõe de recursos nessas áreas justamente por utilizar o povo palestino como laboratório.

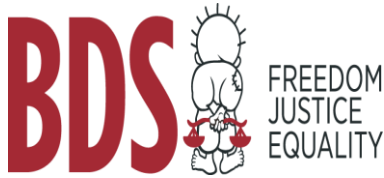
O Brasil tem uma das forças policiais que mais mata no mundo e no ano de 2019 registrou os maiores índices de letalidade policial em décadas. Não há dúvidas que a cooperação militar com Israel vai gerar maior militarização e violência policial, agravando uma realidade já desesperadora, principalmente para pessoas negras, jovens e moradoras das periferias.

Assim, em solidariedade ao povo palestino, em respeito ao direito internacional, e em defesa da vida, das liberdades e dos direitos humanos no Brasil, instamos a todas e todos os parlamentares que votem contra os acordos de cooperação militar e científica de Bolsonaro com Israel!

*Assinam:*

1. ABONG - Associação Brasileira de ONGs
2. Al Jannah
3. Apeoesp - Subsede Sumaré/Hortolândia
4. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB
5. Associação Islâmica de São Paulo
6. BDS Brasil
7. Capítulo Brasil Alba Movimientos
8. Casa da Cultura Digital Porto Alegre
9. Casa de Cultura Carlos Mariguella
10. Central de Movimentos Populares do Brasil
11. Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé
12. Centro Ruy Mauro Marini
13. Ciranda Internacional de Comunicação Compartilhada
14. Círculo Palmarino
15. Coletivo Autônomo de Mulheres Pretas - ADELINAS
16. Coletivo de esquerda Força Ativa

17. Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro
18. Comitê Anti-imperialista general Abreu e Lima
19. Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
20. CSP-Conlutas
21. CUT - Central única dos Trabalhadores
22. Direito à Memória e Justiça Racial - DMJR
23. Estudantes em Solidariedade ao Povo Palestino - USP
24. Fetrafi/RS - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Instituições Financeiras
25. Fórum das Águas dos Campos Gerais (Paraná)
26. Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro
27. Frente Em Defesa do Povo Palestino - São Paulo
28. Frente Gaúcha de Solidariedade ao Povo Palestino
29. Intersindical Central da Classe Trabalhadora
30. Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social
31. Julho Negro
32. MAM - Movimento Pela Soberania Popular na Mineração
33. Marcha Mundial das Mulheres
34. MARÉ 0800
35. MARGINAL, Coletivo.
36. Mídia1508
37. Movimento de Luta Socialista
38. Movimento de Mulheres Camponesas
39. Movimento Independente Mães de Maio
40. Movimento Moleque
41. Movimento Mulheres em Luta
42. Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe - PA
43. Movimento Negro Unificado - MNU
44. MST - Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra
45. MTST - Movimento dos/as Trabalhadores/as Sem Teto
46. PSOL
47. PSTU
48. PT - Partido dos Trabalhadores
49. Rede de comunidades contra a violência - Rio de Janeiro
50. Samidoun Palestinian Prisoner Solidarity Network
51. SEDQ - Rede Global Judaica por Justiça
52. SEDUFSM - Seção Sindical dos Docentes da UFSM
53. Sindibancários
54. União da Juventude Comunista - UJC
55. União Nacional de Trabalhadoras/es Camelôs, Ambulantes e Feirantes do Brasil - Unicab



## ANEXO II

### Palestina ocupada, 16 de dezembro de 2019

**The Palestinian Boycott, Divestment and Sanctions National Committee (BNC) is a wide coalition of the largest Palestinian mass organizations, trade unions, networks and organizations.**

### **Carta aberta ao parlamento brasileiro contra a ratificação dos acordos entre Brasil e Israel que aprofundam as relações militares e os laços de cumplicidade**

#### BNC member organizations:

- Council of National and Islamic Forces in Palestine
- Gen. Union of Palestinian Workers
- Palestinian Union of Postal, IT and Telecommunication workers
- Palestinian Trade Union Coalition for BDS (PTUC-BDS)
- Palestinian NGO Network (PNGO)
- Palestinian Nat'l Institute for NGOs
- Federation of Indep. Trade Unions
- Global Palestine Right of Return Coalition
- Occupied Palestine and Syrian Golan Heights Initiative
- Gen. Union of Palestinian Teachers
- Palestinian Federation of Unions of University Professors and Employees (PFUUE)
- Gen. Union of Palestinian Women
- Gen. Union of Palestinian Writers
- Union of Palestinian Farmers
- Grassroots Palestinian Anti-Apartheid Wall Campaign (STW)
- Pal. Campaign for the Academic and Cultural Boycott of Israel (PACBI)
- Popular Struggle Coordination Committee (PSCC)
- Civic Coalition for the Defense of Palestinian Rights in Jerusalem
- Coalition for Jerusalem
- Nat'l Committee to Commemorate the Nakba
- Union of Public Employees in Palestine-Civil Sector
- Gen. Union of Palestinian Peasants
- Union of Pal. Charitable Organizations
- Union of Professional Associations
- Women Campaign to Boycott Israeli Products
- Palestinian Economic Monitor
- Union of Youth Activity Centers-Palestine Refugee Camps
- Agricultural Cooperatives Union
- Nat'l Committee for Grassroots Resistance
- Palestinian General Federation of Trade Unions

O Comitê Nacional Palestino do Movimento BDS (BNC), a maior rede da sociedade civil palestina, pede aos representantes eleitos do povo brasileiro que não aprove os acordos de cooperação militar, científica e tecnológica com Israel[1], assinados pelo governo brasileiro durante a viagem de Jair Bolsonaro àquele país em março deste ano. Os acordos estão sendo empurrados no processo de aprovação parlamentar em paralelo à nomeação do diretor de marketing de uma das maiores empresas militares israelenses no Brasil como embaixador brasileiro em Israel. Se ratificados, os textos perpetuariam um ciclo vicioso de violações dos direitos humanos, que não afeta apenas a Palestina, mas também aprofunda a militarização e a repressão no Brasil.

Os dois acordos estão em contradição direta com o compromisso histórico do Brasil com os princípios de autodeterminação, soberania e o direito internacional em geral [2]. A metodologia e a tecnologia militar e de segurança de Israel são desenvolvidas dentro da estrutura de décadas do regime de ocupação, apartheid e colonialismo de Israel, incluindo suas políticas ilegais de conquista e anexação pela força dos territórios palestinos e a construção contínua de seus assentamentos e do Muro, ambos ilegais, na Cisjordânia ocupada.

Sob o direito internacional, o Brasil tem o dever de não dar assistência a violações graves do direito internacional como essas[3]. No entanto, esses acordos com Israel, se ratificados pelo Parlamento, aprofundariam as relações militares e os laços de cumplicidade, facilitando os

benefícios econômicos para Israel e suas empresas privadas cúmplices, ajudando na manutenção da situação ilegal[4] e na prática de violações sistemáticas da IV Convenção de Genebra. Os textos também prevêm que o Brasil hospede empresas e seus representantes diretamente responsáveis pela prática dessas violações, incluindo pessoas acusadas de crimes de guerra.

Muitas das empresas israelenses de tecnologia estão conectadas ao setor militar[5], e suas exportações são essenciais para a sustentação da indústria militar israelense - cerca de 70% das armas israelenses são produzidas para venda no exterior[6]. Sem cooperação internacional, Israel não seria capaz de manter suas políticas de ocupação e apartheid que oprimem o povo palestino.

Para poder executar suas políticas ilegais sistemáticas e sustentadas, a indústria e as instituições científicas de Israel desenvolvem constantemente novas tecnologias de repressão que variam de armas a drones, de sistemas de vigilância a espionagem cibernética.

Até os brutais ataques militares israelenses contra os dois milhões de palestinos e palestinianas sitiados em Gaza tornaram-se uma vitrine e um laboratório para o desenvolvimento e teste de novos armamentos e tecnologias. Durante o ataque israelense a Gaza em 2014, no qual 2.300 pessoas palestinianas foram mortas[7], empresas militares de Israel testaram novas armas. A repressão militar de Israel à mobilização massiva e não-violenta das pessoas em Gaza nas Marchas de Retorno custou a vida de pelo menos 312 pessoas palestinianas em um ano, incluindo médicos, jornalistas, pessoas com deficiência e pelo menos 59 crianças. Aproximadamente 29.000 manifestantes foram feridos, entre eles 370 médicos e enfermeiros, 3.565 crianças, 1.168 mulheres e 104 idosos[8]. A indústria militar de Israel transformou esses protestos em campos de teste para armas mortais cada vez mais sofisticadas.

Uma vez exportados, esses métodos, tecnologias e armas são usados com demasiada frequência para apoiar violações dos direitos humanos em todo o mundo. Na América Latina, essa cooperação tem historicamente apoiado esquadrões da morte e juntas militares brutais. Atualmente, Israel está novamente apoiando regimes oriundos de golpes e governos repressivos que atacam seu próprio povo. [9]



Estamos convencidos de que as e os parlamentares brasileiros têm em suas mãos uma oportunidade histórica de defender a justiça, a igualdade e a paz na Palestina e no Brasil. Votar não a esses acordos não é apenas um ato de solidariedade em continuidade com o legado da diplomacia brasileira, mas um passo concreto para cumprir as obrigações do Brasil sob o direito internacional e impedir Israel de intensificar o projeto de militarização em curso no Brasil.

---

[1] [https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/12/bolsonaro-indica-diretor-de-empresa-israelense-paraembaixada-](https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/12/bolsonaro-indica-diretor-de-empresa-israelense-paraembaixada-em-israel.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha)

[em-israel.shtml?utm\\_source=twitter&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=twfolha](https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/12/bolsonaro-indica-diretor-de-empresa-israelense-paraembaixada-em-israel.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha)

[2] <https://www.diakonia.se/en/IHL/The-Law/International-Law1/IL--Self-Determination/>

[3] <https://www.diakonia.se/en/IHL/The-Law/International-Law1/Enforcement-of-IL/>

[4] [https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocities-crimes/Doc.33\\_GC-IV-EN.pdf](https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocities-crimes/Doc.33_GC-IV-EN.pdf)

[5] [https://www.researchgate.net/publication/258834011\\_Military\\_Capital\\_in\\_the\\_Israeli\\_Hi-Tech\\_Industry](https://www.researchgate.net/publication/258834011_Military_Capital_in_the_Israeli_Hi-Tech_Industry)

[6] <https://mfa.gov.il/mfa/aboutisrael/economy/pages/economy-%20sectors%20of%20the%20economy.aspx>

[7] [https://pchgaza.org/files/Reports/English/pdf\\_spec/23-days.pdf](https://pchgaza.org/files/Reports/English/pdf_spec/23-days.pdf)

[8] [https://elpais.com/internacional/2019/09/06/actualidad/1567798837\\_596529.html](https://elpais.com/internacional/2019/09/06/actualidad/1567798837_596529.html)

[9] [https://bdscolombia.org/wp-content/uploads/2018/11/Resumen-informe-militarismo-israel%C3%AD-en-](https://bdscolombia.org/wp-content/uploads/2018/11/Resumen-informe-militarismo-israel%C3%AD-en-Am%C3%A9rica-Latina.pdf)

[Am%C3%A9rica-Latina.pdf](https://bdscolombia.org/wp-content/uploads/2018/11/Resumen-informe-militarismo-israel%C3%AD-en-Am%C3%A9rica-Latina.pdf)